



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - DEDC I
LICENCIATURA PLENA EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

RAIMUNDA OLIVEIRA DE SOUZA

**A ATUAÇÃO DA REDE DE MULHERES DO SUBÚRBIO FERROVIÁRIO DE
SALVADOR NOS MOVIMENTOS SOCIAIS**

Salvador – BA
2023

RAIMUNDA OLIVEIRA DE SOUZA

**A ATUAÇÃO DA REDE DE MULHERES DO SUBÚRBIO FERROVIÁRIO DE
SALVADOR NOS MOVIMENTOS SOCIAIS**

Monografia apresentada ao curso de Ciências Sociais, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciada em Ciências Sociais, Departamento de Educação Campus I, da Universidade do Estado da Bahia.

Orientador(a): Profª Drª Iêda Rodrigues da Silva Balogh

Salvador – BA.
2023

RAIMUNDA OLIVEIRA DE SOUZA

**A ATUAÇÃO DA REDE DE MULHERES DO SUBÚRBIO FERROVIÁRIO DE
SALVADOR NOS MOVIMENTOS SOCIAIS**

Monografia submetida à aprovação da Banca Examinadora, como requisito para conclusão da Graduação Licenciatura em Ciências Sociais, do Departamento de Educação Campus I, na Universidade do Estado da Bahia.

Aprovada em:/...../.....

Banca Examinadora:

Profª Drª Iêda Rodrigues da Silva Balogh - Orientadora
Universidade do Estado da Bahia

Prof Dr Valdélío Santos Silva
Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Patrícia Lessa Santos Costa
Universidade do Estado da Bahia

Dedico esse trabalho a todas as mulheres que acordam todos os dias pela manhã, enfrentam suas lutas diárias, mas não desistem resistem lutam por dias melhores, lutam por causas que acreditam. Dedico especialmente às mulheres que fizeram e fazem parte desta Rede formada no subúrbio ferroviário da cidade de Salvador a X anos e fez a diferença na dessas mulheres promovendo reflexões, discursões, participação social e principalmente consciência crítica do poder que as mulheres têm de transformar a sua realidade, a realidade do outro no movimento coletivo na construção coletiva.

AGRADECIMENTOS

Chegou o tão esperado momento de encerramento da minha trajetória acadêmica. E aqui estou para agradecer a imensamente a todas as pessoas que de forma direta ou indireta contribuíram para que eu vivenciasse esse momento. Para não cometer nenhuma injustiça e acabar esquecendo de mencionar o nome de alguém que fez parte dessa trajetória, optarei para fazer um agradecimento geral que expresse todo meu afeto, toda minha gratidão e reconhecimento de todas as contribuições e suportes que possibilitaram a finalização desse meu trabalho de conclusão de curso e conseqüentemente da minha graduação em sociologia na Universidade do Estado da Bahia, contudo não posso deixar de registrar meu eterno agradecimento aos meus ancestrais que pavimentaram o caminho para que eu pudesse chegar até aqui, aos meus professores que me acompanharam nessa reta final, minha orientadora Lêda Balogh e o professor Valdélino que teve uma contribuição fundamental na minha trajetória acadêmica, principalmente nessa reta final.

RESUMO

Esta pesquisa analisa a formação política e cidadã da Rede de Mulheres do Subúrbio Ferroviário no período de 2012 a 2016. Questiona-se de que maneira a formação da rede de mulheres pelo controle social das políticas públicas impactou na vida social e principalmente na emancipação política e cidadã das mulheres do Subúrbio Ferroviário de Salvador? Dessa forma, objetiva conhecer como ocorre o processo de formação política para essas mulheres e de que forma a rede se articula para promover essas formações, considerando a realidade delas. É um estudo de cunho qualitativo, na modalidade estudo de caso, em que utilizou-se da técnica da entrevista com uso de um roteiro previamente organizado. Pode-se inferir da rede de Mulheres desenvolveu um Projeto Ético-Político em prol da emancipação das mulheres visando participação política no exercício da cidadania plena, enquanto ser humano, nesse processo, buscou via formação pedagógica, incorporar diferentes enfoques que contribuíssem na defesa de uma vida com reconhecimento enquanto pessoa preta e de periferia, no sentido de fortalecer a emancipação humana dessas mulheres. A pesquisa também evidencia traços das suas identidades, situações de negação, de ocultamento, de invisibilidades como parte da vida dessas mulheres. Também reafirma a necessidade de defesa de um processo emancipação social e política, como estratégia para o processo de superação das contradições de classe social, de gênero e raça.

Palavras-chave: Movimentos Sociais. Rede de Mulheres. Formação Política e Cidadã.

ABSTRACT

This research analyzes the political and civic formation of the Women's Network of Subúrbio Ferroviário in the period from 2012 to 2016. It questions how the formation of the women's network for social control of public policies impacted on social life and mainly on political emancipation and citizen of women from the Railway Suburb of Salvador? In this way, it aims to understand how the process of political formation occurs for these women and how the network is articulated to promote these formations, considering their reality. It is a qualitative study, in the case study modality, in which the interview technique was used using a previously organized script. It can be inferred that the Women's network developed an Ethical-Political Project in favor of the emancipation of women, aiming at emancipation as a human being, and in this process, it sought, via pedagogical training, to incorporate different approaches that would contribute to the defense of a life with recognition as a black person. and from the periphery, in order to strengthen the human emancipation of these women. The research also highlights traces of their identities, situations of denial, hiding, invisibilities as part of these women's lives. It also reaffirms the need to defend a social and political emancipation process, as a strategy for the process of overcoming the contradictions of social class, gender and race.

Keywords: Social Movements. Women's Network. Political and Citizen Training.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	DOS APORTES METODOLOGICOS	10
3	REFLEXÕES SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS	13
3.1	A IDEIA DA REDE E A REDE DE MULHERES EM MOVIMENTOS: formação política, participação e Controle social	15
3.2	REDE DE MULHERES PELO FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	19
4	REDE DE MULHERES PELO CONTROLE SOCIAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	21
4.1	PARTICIPAÇÃO E LUTA: IMPACTOS, AVANÇOS E DESAFIOS NA TRAJETÓRIA DE MULHERES NO SUBÚRBIO FERROVIÁRIO DE SALVADOR	21
4.1.1	PARTICIPAÇÃO E LUTA	21
4.1.2	DESAFIOS	24
4.1.3	IMPACTOS: PARTICIPAÇÃO POLÍTICA, FORMAÇÃO, EMANCIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL	27
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	34
	REFERÊNCIAS	35
	APÊNDICES	37

1 INTRODUÇÃO

O tema dessa pesquisa versa sobre a formação política e cidadã da Rede de Mulheres do Subúrbio Ferroviário no período de 2012 a 2016. Nos últimos tempos, pesquisas sobre formação política para mulheres vem crescendo e se ampliando, mas do ponto de vista dessa realidade, a rede de mulheres do Subúrbio Ferroviário de Salvador entende que existem interrogações que precisam de estudos objetivando sanar essa lacuna histórica existente na questão da formação política para mulheres com foco na participação e no exercício da cidadania plena da mulher e na sociedade como todo. Dessa forma, indagamos: De que maneira a formação da rede de mulheres pelo controle social das políticas públicas impactou na vida social e principalmente na emancipação política e cidadã das mulheres do Subúrbio Ferroviário de Salvador?

Nesse sentido, buscamos compreender os mecanismos desenvolvidos pela rede de mulheres pelo controle social das políticas públicas para a formação política das mulheres. Mais especificamente, verificar como se dá o processo de formação política da rede de mulheres no subúrbio de Salvador. Analisar a perspectiva das mulheres sobre o processo formativo da rede e identificar quais foram as contribuições da rede que impactou na vida social, política e econômica na trajetória dessas mulheres.

Nas últimas décadas as discussões sobre a mulher, no que tange a direitos iguais, tomou uma larga proporção no contexto nacional, tanto na questão de gênero, como no contexto da participação feminina nos espaços públicos de decisão, sobretudo, no pensar e fazer cidade. No cenário político brasileiro, o número de mulheres ocupando os espaços de poder ainda é muito pequeno se comparado com a grande presença feminina na vida econômica e social do país. Entretanto as mulheres representam a maioria, tanto no contingente populacional brasileiro, como no eleitorado nacional. Essa realidade, precisa ser mudada urgente para que de fato se estabeleça uma sociedade equânime, justa e igualitária para toda a população brasileira.

Vale ressaltar, ainda, que nesse contexto de exclusão, as mulheres negras, pobres, residentes em bairros de periferia como o Subúrbio Ferroviário, de modo geral, são ainda mais penalizadas, invisibilizadas, excluídas, violentadas, enfrentando

as limitações impostas por uma sociedade desigual calcada na raiz do patriarcado que reverbera nas mazelas sociocultural, alimentando o machismo, racismo e todas as formas de preconceito que violenta a população negra pobre e periférica, evidenciando a mulher negra que, na escala social, está abaixo da pirâmide impedida de exercer seus direitos e principalmente exercer sua cidadania na sociedade.

A rede de mulheres é criada no anseio e desejo para atender essa lacuna e superar a necessidade de pautar a luta em defesa dos direitos dessas mulheres e visibilizando o potencial da força coletiva feminina ativa em grande número, mas pequeno no cenário político e de decisões de poder e se fizer um recorte racial as mulheres negras são menos ainda. Neste sentido entre os vários pontos de pauta a rede desenvolveu coletivamente um plano de ações que passavam por formação política para as mulheres da rede, potencializando o senso crítico, assim como despertando-as para uma consciência cidadã visando a participação política e controle social das políticas públicas para as mulheres, implantadas pelo governo brasileiro.

Assim sendo, somaram-se a essas ações pensadas pelo coletivo, campanhas, debates, discussões, temáticas, elaboração de projeto de pesquisa, etc. chamando atenção para o enfrentamento das mazelas sociais que atingem a população e exigindo direitos, respeito como sujeitos atrizes no processo do cenário político brasileiro.

A estrutura desta monografia foi organizada da seguinte forma: essa introdução que contextualiza brevemente o tema a ser abordado; os aportes metodológicos que descrevem a trajetória percorrida pela pesquisadora ao longo desta pesquisa; os aportes teóricos que fundamentaram o tema desta pesquisa; uma seção com as informações prestadas pelas informantes, contendo análise crítica dos dados investigados e discussão sobre determinados aspectos relacionados ao tema; e por fim as considerações finais que sintetizam a experiência abordada ao longo desta monografia à luz das referências bibliográficas consultadas.

2 APORTES METODOLÓGICOS

A pesquisa ora apresentada pauta-se na abordagem qualitativa, entendendo que o desenho desse estudo foi reelaborado na medida em que a investigação foi avançando de acordo com o propósito da pesquisa. Para Lucke (1986), pesquisa qualitativa “envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos no contato direto do pesquisador com a situação estudada, enfatiza mais o processo do que o produto e se preocupa em retratar a perspectiva dos participantes” (LUCKE ANDRÈ, 1986, p.13).

Minayo (2004) define a pesquisa qualitativa como aquela que

[...] trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2004, p. 21).

Neste tipo de abordagem há uma interação dinâmica “entre o mundo real e o sujeito, isto é um vínculo indissociável do mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzida em números” (SILVA; MENEZES, 2005, p. 20). O que significa dizer que o interesse do pesquisador não está centrado em quantificar uma ocorrência ou quantas vezes uma variável aparece, mas sim na qualidade em que elas se apresentam (MINAYO, 1994), ou seja, como as coisas acontecem.

De acordo com esta perspectiva da abordagem qualitativa, foi adotada como estratégia metodológica o estudo de caso cujo propósito, conforme Patto (2002), é reunir informações detalhadas e sistemáticas sobre um fenômeno, bem como enfatizar entendimentos contextuais, sem esquecer-se da representatividade, centrando-se na compreensão da dinâmica do contexto real. Configura-se como um estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que se permita o seu amplo e detalhado conhecimento (GIL, 2007).

O Estudo de Caso é um estudo mais aprofundado de um fenômeno, permitindo o seu amplo e detalhado conhecimento, estimula às novas descobertas, dar ênfase a totalidade, possui procedimentos de coleta de dados simplificados. O estudo de caso é um método qualitativo que consiste em aprofundar o estudo de um fenômeno específico. Responde questionamentos, o pesquisador não controla o fenômeno

estudado. Contribui para compreendermos melhor os fenômenos individuais, os processos organizacionais e políticos da sociedade. É muito utilizado para compreendermos a forma e os motivos que levaram a determinada decisão. Para Yin (2001), o estudo de caso é uma estratégia de pesquisa que compreende um método que abrange tudo em abordagens específicas de coletas e análise de dados.

Do ponto de vista das técnicas e instrumentos de coleta de dados, foram utilizados o levantamento bibliográfico e documental dos registros das atividades da rede, no período proposto e entrevista semi-estruturada. O levantamento possibilitou o acesso aos registros documentais que não receberam tratamento analítico ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa (GIL, 2008). E a entrevista semi-estruturada, de acordo com Minayo (2013), teve como objetivo apreender o ponto de vista dos sujeitos a partir da facilitação, ampliação e aprofundamento da comunicação, oferecendo aos participantes a liberdade de discorrer sobre o tema proposto.

A entrevista foi norteada por um roteiro composto por perguntas estruturadas conduzidas pelo entrevistador (APÊNDICE A). O roteiro de entrevista individual contemplou os objetivos do presente estudo, mencionados anteriormente, com questões distribuídas de acordo com os seguintes eixos temáticos: características sociodemográficas; participação política na rede de mulheres e participação em políticas públicas. As entrevistas foram gravadas e posteriormente transcritas com o intuito de garantir a fidedignidade dos depoimentos, mediante a devida autorização das participantes através da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), de acordo com as normas estabelecidas pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) (APÊNDICE B).

As entrevistas foram realizadas de forma individual considerando os aspectos mencionados anteriormente para melhor validar a análise dos dados e o pleno e êxito do objetivo da pesquisa. Para melhor aproveitamento e análise dos dados produzidos, foi necessário seguir orientação teórica para validar a pesquisa. De acordo com Ludi citado por Marconi e Lakatos (1996), é possível padronizar as perguntas da entrevista para que se tenha iguais ou diferentes resposta enriquecendo a análise.

O motivo da padronização [ou semi-padrozinação se é possível] é obter dos entrevistados respostas às mesmas perguntas, permitindo que todas elas sejam comparadas com o mesmo conjunto de perguntas, e que as diferenças devem refletir de forças entre os

respondentes e não diferenças nas perguntas (LODI apud MARCONI e LAKATOS,1996, p. 85).

A pesquisa foi realizada no Subúrbio Ferroviário da cidade de Salvador-Bahia, no local central de atuação da Rede de Mulheres, tendo em vista que esta atuação contemplava diferentes bairros localizados na área geográfica contemplada pelo Subúrbio Ferroviário, bem como outros bairros localizados fora do Subúrbio, porém alcançados pelas ações desenvolvidas pela Rede. E as informantes foram selecionadas para participar desta pesquisa, foram três mulheres responsáveis diretas, indicadas pela organização em questão, que tenham mais de 18 anos de idade, que sejam residentes em bairros diferentes, porém contemplados pela atuação da rede, observando os aspectos socioeconômico, cultural e político das partes da organização, a partir de suas falas e vivência/ experiência na trajetória da rede.

Esta pesquisa foi realizada no período de setembro à novembro de 2023, considerando diversificados fatores que influenciaram de forma direta e indireta no período de realização da mesma.

Após a realização das entrevistas, as informações foram devidamente sistematizadas à luz da Análise de conteúdo que permitiu compreender as construções segundo Bardin (2016) a análise de conteúdo, consiste em uma técnica metodológica que se pode aplicar em discursos diversos e a todas as formas de comunicação, seja qual for à natureza do seu suporte. a Análise de Conteúdo pode nos auxiliar com os dados que surgem e apresentar possível resposta para a questão de investigação na perspectiva sociológica,

3 REFLEXÕES SOBRE OS MOVIMENTOS SOCIAIS CONTEMPORÂNEOS

Os aportes teóricos escolhidos para essa discussão partem de contribuições sobre o debate conceitual acerca dos movimentos sociais contemporâneos, os meios de controle social, participação, formação política e a atuação em rede para fortalecer a compreensão da atuação política e participativa das mulheres no espaço político, assim como no subúrbio ferroviário.

Este trabalho segue a referência de Ilse Scherer-Warren, autora fundamental para o debate teórico, tendo em sua trajetória acadêmica percorrido o caminho fecundo nos estudos sobre o tema dos movimentos sociais, bem como na sociologia rural e urbana desde 1968. Scherer fez doutorado em Paris, 1973, sob orientação do sociólogo Alan Tourraine e estudou outros autores para elaborar o conceito de movimentos sociais. Foram selecionados alguns destes artigos para embasar este trabalho. A luz do conceito elaborado por Scherer sobre movimentos sociais entre eles esta: Rede de Movimentos Sociais Na América Latina, (2008) Caminhos para uma Política Emancipatória, Movimentos Sociais; um Ensaio de interpretação, (1989) As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate, Ângela Alonso (2009).

Segundo Scherer os movimentos sociais e suas características foram sofrendo mudanças a cada período. No artigo rede de movimentos sociais na América Latina Scherer aponta que no período colonial os movimentos se caracterizavam por mobilizações populares de rejeição, de negação e de afastamento dos sistemas excludentes. No início do século XX, surge às primeiras ações coletivas com pautas reivindicativas, sendo acolhida politicamente por estados oligárquicos, tutelares e/ou populistas, chamado de “Estadania”. (Scherer, 2008, p.505)

Segundo Scherer em meados do século XX os movimentos sociais eram mais politizados com relativa crítica e autonomia ao estado e visavam à transformação social na estrutura através da resistência, organizações clandestina, guerrilhas e partindo de viés comunistas ou socialistas ao qual desenvolve manifestações cívicas pública de enfrentamento ao poder autoritário e as restrições aos direitos civis e políticos geralmente reprimidos pelas forças armadas. Nesta mesma época se dá a valorização das formas de participação institucionais como: Conselhos setoriais de políticas públicas, assembleias, audiências públicas, fóruns e a agenda 21. (Scherer, p 506).

Outro levantamento que a autora traz é sobre alguns movimentos demonstram uma resistência mais ativa especialmente transnacional com tal impacto político que leva a pensar a possibilidade de um novo projeto. Para a autora tanto nos espaços de participação institucional, como nos espaços das “assembleias populares” e das redes autônomas dos movimentos sociais, as diferentes organizações e tendências dos movimentos sociais, se encontram e negociam ações políticas. Ela diz que isso acontece por que os movimentos sociais atuam cada vez mais em forma de rede que ora se aperta em suas especificidades, ora se amplia na busca de empoderamento político.

Sobre as demandas materiais e simbólicas como referência objetiva às exclusões e carência cotidiana dos sujeitos (base da luta) ela traz que são, histórica e espacialmente referenciadas por tantos movimentos sociais mais expressivos na América latina atual são, (sem terra ou campesina, indígenas, mulheres). Essas demandas, segundo Scherer, se tornam signos e representações simbólicas através da tradução de seus significados em política de cidadania. Assim sendo quando necessidades materiais transformam-se em representações simbólicas de carências de determinados grupos e conseqüentemente eles constroem pauta política reivindicativa ou para transformação social dessa situação, temos o nascimento de uma ação coletiva ou de movimento social específico como frequentemente designado.

Para entender o potencial de formação de rede de movimentos, é necessário buscar os nexos que os atores políticos organizados constroem entre as demandas materiais ou as privações no cotidiano e o sentido subjetivo dessas privações, traduzindo esses nexos em forma expressiva comunicativa e em pautas políticas comuns a várias organizações, criando identidades coletivas que possibilitam a articulação dos movimentos específicos numa rede de movimento sociais.

Nesse sentido Scherer discute a questão do universalismo e o relativismo a luz de Souza Santos,(2004) para dizer que o autor propõe, para esse diálogo, a prática do dialogo intercultural e da hermenêutica diatópica, através da qual as diferenças culturais passam a refletir sobre suas próprias construções e a reconhecer as concepções mais abrangentes das outras culturas. Para Scherer esse dialogo intercultural pode facilitar a formação de “redes de referências normativas capacitantes” (Scherer, 2008, p.507)

A possibilidade da construção de sujeitos e da transformação em atores politicamente ativos não transcorre como uma necessidade imediata de vivência de carências o que por si só produz movimentos sociais, mas o movimento resulta do sentido coletivo atribuído a essa carência e da possibilidade de identificação subjetiva em torno dela. Resultante da subsequente transformação dos sujeitos em atores políticos da respectiva transformação das carências em demandas, desta demanda em pauta política e das pautas políticas em ações e protesto. refletir sobre suas próprias construções e a reconhecer as concepções mais abrangentes das outras culturas. “Esse diálogo intercultural pode facilitar a formação de rede de referências normativas capacitantes” Scherer apud Santos (2004).

A autora segue frisando que a possibilidade da construção de sujeitos e da transformação em atores politicamente ativos não transcorre como uma necessidade imediata de vivência de carências, mas o movimento resulta do sentido coletivo atribuído a essa carência e da possibilidade de identificação subjetiva em torno dela. Resultante da subsequente transformação dos sujeitos em atores políticos da respectiva transformação das carências em demandas, desta demanda em pauta política, bem como das pautas políticas em ações e protesto.

No Subúrbio Ferroviário e na periferia se concentram a maior parte da população de Salvador, desta a maioria são mulheres, negras, pobres, mães de família algumas provedoras do seu lar. A força coletiva deve confrontar com as mazelas das desigualdades sociais, raça e gênero e todas as formas de preconceitos alicerçados pela sociedade brasileira. Para entendermos sobre rede, buscamos dialogar com o conceito elaborado por Ilse Sherer (2006), onde ela diz que os estudos sobre a atuação em rede dos movimentos sociais demonstram o quanto às inovações nas formas organizativas das relações sociais e políticas possibilita o alcance de resultados consistentes no campo dos direitos.

3.1 A IDEIA DA REDE E A REDE DE MULHERES EM MOVIMENTOS: formação política, participação e Controle social

A definição conceitual de Rede é apresentada na literatura por diferentes autores. Warren (2006) conceitua Rede como uma ação grupal voltada para a

realização dos mesmos objetivos seguida de uma ideologia. Ela esclarece que a ideia da rede de movimento social é, portanto, um conceito de referência que busca apreender o porvir ou o rumo das ações de movimento, transcendendo as experiências empíricas, concretas, datadas, localizadas dos sujeitos/atores coletivos.

Contudo, Jesus (2014) define Rede como estratégia para uma atuação social integrada, relacional e sistêmica. Para ela o trabalho em rede possibilita uma ação coletiva que qualifica a participação dos sujeitos sociais nos diversos movimentos que a sociedade vem fazendo na direção de transformar a realidade desigual /injusta que vivemos, atuando e contribuindo assim, para o fortalecimento da democracia participativa. Dessa forma, a rede de mulheres deve desenvolver como eixo norteador, ações (formação, debates entre outras) voltadas para a inserção das mulheres nos diversos espaços sociais e políticos da sociedade no exercício da cidadania.

A formação Política para as mulheres tem se ampliado muito nos últimos anos no Brasil, contudo não o suficiente para mudar a realidade do cenário político no que tange a igualdade de gênero nos espaços de poder dos cargos eletivos desse país. Para Guimarães e Leitão (2004, 2014), no artigo formação em gênero, “o ser humano possui a qualidade inalienável de aprender tendo por referência sua cultura e condições materiais de vida, o que lhe dá a condição singular, de ter seu aprendizado, sua experiência no mundo e, conseqüentemente, sua transformação e mudança de sua realidade”.

Para discorrer sobre a Rede de mulheres em movimentos, torna-se necessário contextualizar, ainda que brevemente, o movimento de mulheres negras na América latina, o qual tinha uma relação ambígua com o Estado, pois ao mesmo tempo em que atua na procura de autonomia em oposição ao Estado, criaram também práticas reivindicativas junto aos governos municipais e estaduais, visando não apenas ao atendimento de demandas, como também a participação na gestão de políticas públicas. (Rodrigues e Máximo, 2010).

Para esses autores, os movimentos sociais contemporâneos trazem consigo o pressuposto de que transformar a realidade não é só modificar a sociedade a partir dos aparelhos do Estado, é modificá-la também ao nível das ações concretas da sociedade civil. Nesse sentido, os autores analisam o movimento de mulheres negras, enquanto uma identidade coletiva expressa pela diversidade e considerando os conflitos existentes na unidade.

O movimento negro e feminista marcam conjuntamente a década de 70 em pleno regime da ditadura militar, 1975 marca o reaparecimento de organizações feministas no Brasil, e em São Paulo 1978 é criado o Movimento Negro Unificado – MNU, com forte representação na luta do povo negro, pautando a reação à discriminação sofrida por quatro atletas negros no Clube Tietê e à morte de um trabalhador negro, Robson Silveira da Luz, devido a torturas policiais. A pauta reivindicatória do movimento negro unificado perpassa por melhores condições de vida, denuncia o racismo e as dificuldades encontradas pelos negros no acesso ao mercado de trabalho, a violência policial e o desemprego atuam até os dias atuais. (Rodrigues e Máximo, 2010).

Os conflitos internos entre feminismo e MNU geraram desconforto para as mulheres negras que viam a necessidade de fortalecer o debate sobre as formas de opressão que articulassem “racismo” e “sexíssimo”, por identificarem, em suas experiências, dentro do movimento ausência da discussão sobre a questão das práticas no cotidiano. Por esse motivo, a suposta igualdade dentro do movimento levou as mulheres negras a lutarem por suas especificidades, gerando conflitos e rupturas nas formas incipientes em que tais movimentos se apresentavam nas décadas de 70 e 80.

Segundo Carneiro (2003), as mulheres negras tiveram que “enegrecer” a agenda do movimento “feminista” e “sexualizar” a do movimento negro, promovendo uma diversificação das concepções e práticas políticas em uma dupla perspectiva, tanto afirmando novos sujeitos políticos, quanto exigindo reconhecimento das diferenças e desigualdades entre esses novos sujeitos. Essa teoria nos leva a entender que a luta das mulheres negras, foi motivada pela ausência de um debate que contemple suas pautas mulher negra e gênero na estrutura política dos movimentos.

A questão de gênero das mulheres negras e indígenas possui demandas que não podem ser tratadas exclusivamente pela categoria gênero se não levarem em conta suas especificidades. Por isso, o combate ao racismo é prioritário para as mulheres negras, na medida em que o racismo produziu gêneros inferiorizados no tocante aos homens negros, e às mulheres negras em relação à mulher branca. (Rodrigues e Máximo, 2010).

Portanto, as disputas políticas entre mulheres negras, mulheres brancas e homens negros já haviam deixado claro a necessidade de se pensar gênero e raça

de maneira conjunta, pois o cruzamento dessas duas variáveis mostrava de maneira inequívoca o lugar ocupado pelas mulheres negras na pirâmide social. Os embates entre mulheres negras e mulheres brancas foram intensificados no encontro realizado em Bertioga no ano de 1985, o que contribuiu para a entrada de vez no cenário público brasileiro quanto sujeito político mulheres negras e a luta pela autonomia e inserção política do Movimento de Mulheres Negras no brasileiro, reverberando na realização do I Encontro Nacional de Mulheres Negras, em Valença, em 1988.

Por tratar-se de um primeiro encontro dessa natureza, muitos foram os ineditismos e os debates sobre a atuação conjunta dos grupos e das entidades, a organização específica de mulheres negras, as questões nacionais pós abertura política (fim da ditadura militar), a violência racial, a relação com partidos políticos, entre outros (Ribeiro, 2022).

A luta das mulheres negras por uma autonomia e uma identidade própria foi motivada pela dupla militância no movimento negro e feminista e mais importante é não estar subordinadas as pautas de nenhum dos dois movimentos. Vale ressaltar que a atuação das mulheres negras foi vista pela mulher branca e o homem negro como divisionismo, particularismo. A autora Djamilia vai afirmar que, contra tal argumento as mulheres negras acenam com o fato de que não queriam mais estar submetidas e subordinadas às pautas “gerais” quer do movimento negro, quer do movimento feminista, mas almejavam criar novas referências, tornarem-se porta-vozes de suas próprias ideias para entrar ao lado dos homens negros e das mulheres brancas em posição de igualdade na luta contra a opressão (Ribeiro, 1995).

Para tanto, o Movimento de mulheres negras mesmo vivendo dilemas internos em relação à sua forma de organização nacional, as diferentes concepções acerca da autonomia do movimento, os conflitos entre setores e organizações do movimento, entre outros, conseguiu se consolidar como um importante interlocutor na esfera pública nacional. O reconhecimento do movimento tem contribuído no debate e na construção de uma sociedade mais igualitária do ponto de vista das relações raciais e de gênero. Nesse sentido, pode-se efetivamente pensar que esse tem sido um movimento vitorioso e que a luta se perpetua até os dias atuais.

Dialogando com Ribeiro (2022) é possível compreender que as mulheres negras sempre lutaram contra os mecanismos usados para perpetuar a existência da supremacia branca, masculina e heterossexual fazendo com que sejam subalternizadas de várias formas. As mulheres negras caminharam sempre no

enfretamento, resistência frente aos desmandos de uma sociedade sustentada por uma lógica racista, patriarcal e permeada por uma desigualdade profunda.

O Movimento de Mulheres Negras, ao inscrever-se no espaço público como sujeito coletivo, baliza sua identidade coletiva a partir do modo como racismo e sexismo ordenam a vida social de homens, e mulheres, negros e brancos, sugerindo que, para além de práticas e pertencimentos (ser mulher negra), busquem também o reconhecimento da diferença (a especificidade desse pertencimento), articulando em sua construção identitária reivindicações do discurso democrático e de direitos de outros sujeitos sociais oprimidos, construindo o que Mouffe (1988) define como redes de equivalência. (Rodrigues e Máximo, 2010).

3.2. REDE DE MULHERES PELO FORTALECIMENTO DO CONTROLE SOCIAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Discorrer sobre a Rede de mulheres é como falar de um sonho, sonhado pelo coletivo. A rede de mulheres pelo fortalecimento do controle social surgiu do pensamento de mulheres nascidas na periferia de Salvador, que sentiram na pele desde muito cedo a ausência de políticas públicas que pudessem contribuir para diminuir o fosso da desigualdade social.

A definição de “controle social” é apresentada por diferentes autores, ao longo do tempo. Mannheim (1971, p. 178) a define como o “conjunto de métodos pelos quais a sociedade influencia o comportamento humano, tendo em vista manter determinada ordem”. Já Carvalho (1995, p. 8), afirma que “controle social é expressão de uso recente e corresponde a uma moderna compreensão de relação Estado-sociedade, onde a esta cabe estabelecer práticas de vigilância e controle sobre aquele”. Assim, baseado neste conceito e na compreensão de que juntas poderíamos influenciar ações para levar as comunidades da periferia a alcançarem melhores condições de vida.

É nessa compreensão da relação Estado de Direito-Sociedade Civil que nós mulheres negras periféricas da região metropolitana de Salvador, pensamos a Rede de Mulheres para Fortalecimento do Controle Social, visando acompanhar a discussão, implantação e implementação das políticas públicas, por considerarmos

ser estas políticas um direito garantido na constituição federal, mas que infelizmente não chegam como deveriam chegar aos cidadãos e cidadãs que vivem no território nacional brasileiro de forma igual.

Daí nos organizamos, nos reunimos e fomos à luta, pautamos a ausência de diversas estruturas sociais necessárias para garantir direitos, falamos das diversas formas de violência contra as mulheres e sobretudo sobre as mulheres negras, chegamos a um ponto crucial, a necessidade de creches. Essa foi uma discussão que rendeu bons frutos.

Além de outras conquistas como a promoção de diversas atividades colocando luz, sobre a política falida de assistência ao cidadão e cidadã, desde a mais tenra idade, tomou conta da cidade e vieram os frutos. Muitas foram as atividades desenvolvidas por esta Rede. E assim seguimos firmes e fortes promovendo ações e debates.

Desta forma, vivemos uma experiência única com a Rede de Mulheres pelo Fortalecimento do Controle Social das Políticas Públicas, situada em Salvador na Bahia. Um coletivo genuíno, solidário, formado por organizações da sociedade civil, unidas para acompanhar e controlar a implementação das políticas públicas voltadas para as mulheres na Bahia. Nesse sentido, acreditamos que o controle social exercido através de políticas públicas é uma forma muito importante de fortalecimento da democracia, ampliando os espaços de exercício de cidadania, além de ser uma forma importante de ocupação dos espaços públicos pelos indivíduos.

4 REDE DE MULHERES PELO CONTROLE SOCIAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A Rede de Mulheres do Subúrbio Ferroviário de Salvador tem atuação em 23 bairros do subúrbio de Salvador, alguns deles articulados em núcleos. Esses núcleos que integram a Rede tem o objetivo de estar mais próximo do território onde essas mulheres residem, a fim de que as demandas sejam melhor compreendidas e articuladas, garantindo melhor efetividade das ações.

Esta seção apresenta a entrevista que foi realizada com mulheres que participam ou já participaram da Rede, atuando em núcleos ou bairros. Buscaremos apresentar a trajetória de lutas dessas mulheres que participaram da Rede de Mulheres do Subúrbio Ferroviário de Salvador, apontando os principais impactos e desafios,

Para isso, foi elaborado um roteiro de entrevista contendo perguntas onde as entrevistadas pudessem expressar suas motivações, experiências e percepções sobre a participação política de mulheres nestes espaços.

Sobre o perfil das entrevistadas, são mulheres negras, acima dos 30 anos de idade, duas delas são solteiras e uma casada, residentes da periferia de Salvador. Todas elas possuem nível superior completo, sendo uma que se declara pesquisadora, outra fisioterapeuta e uma psicóloga.

4.1 PARTICIPAÇÃO E LUTA IMPACTOS, AVANÇOS E DESAFIOS NA TRAJETÓRIA DE MULHERES NO SUBÚRBIO FERROVIÁRIO DE SALVADOR

4.1.1. PARTICIPAÇÃO E LUTA

Buscamos saber se as mulheres entrevistadas já conheciam a Rede de Mulheres do Subúrbio Ferroviário de Salvador, como se deu o contato, o que as motivaram participar e de que forma se deu a participação.

As entrevistadas confirmaram que sim. A informante A disse que conheceu por volta de 2011, quando grupos e instituições de mulheres em sua maioria negras decidiram se juntar para cobrar políticas públicas que beneficiassem mulheres, principalmente aquelas moradoras de bairros e comunidades em desvantagem econômica e social. Ela nos diz que colaborou com atividades desde assistência a coordenação colegiada, auxílio na comunicação social em seminários e palestras.

A entrevista B informa que seu contato com a Rede se deu a partir da sua participação no Movimento Mulheres do Subúrbio, onde atuava no Coletivo de Mulheres *Sankofa*, no bairro de Plataforma. Esse coletivo era articulado ao movimento de mulheres e tinha objetivos e propostas muito alinhadas aos da rede. Buscavam promoção da participação política, construção de projetos e atividades, além de fortalecer e empoderar as mulheres. Atuavam no sentido de identificar as demandas existentes em cada localidade, específico do grupo de mulheres que faziam parte de determinada região no sentido de fortalecer as políticas públicas, levando inclusive essas discussões e debates para as esferas deliberativas, municipal, estadual e federal, a fim de que pudesse haver uma maior efetividade nas políticas públicas direcionadas às mulheres negras periféricas.

Já a entrevistada C declarou que conheceu a rede de mulheres do subúrbio ferroviário de Salvador em 2014, quando participou do curso de formação para agente mobilizadora e articuladora comunitária para atuar no Projeto “A Violência Doméstica e a Notificação Compulsória na Mira da Rede de Mulheres”. Verificamos que essas mulheres já têm uma caminhada nessa luta que a rede encabeça.

Sobre os motivos que levaram as mulheres a participarem da rede, elas falaram que sempre tiveram preocupação com os problemas sociais, os exemplos de luta dentro da própria família, visando um futuro melhor e de bem-estar da população negra e menos favorecida. Também por estarem inseridas a um movimento tão potente de mulheres negras, periféricas do subúrbio ferroviário e também em função da construção da consciência política. A informante B declara que na época em que aderiu ao movimento, ela estava cursando a primeira graduação em Estudos de Gênero e Diversidade na Universidade Federal da Bahia e a Rede de Mulheres era um movimento que participava ativamente na luta pela equidade de gênero, pelas questões raciais, geracional, e para garantir o acesso as pessoas com deficiência.

Já a informante C declarou que na época ela tinha entre dezessete, dezoito anos, quando percebeu a ausência do poder público e das políticas públicas no bairro

onde morava. Ela acrescentou que passou a entender o quanto essas ausências impactavam não apenas na vida dela, mas também na vida das mulheres que compõem aquela região em que moravam, acrescentando que quando se fala de política para as mulheres, muitas vezes se ignora a diversidade do que é ser mulher, não pensando as intersecções a partir dos marcadores de raça, classe, deficiência, sexualidade, etc. E isso, conseqüentemente, faz com que essas mulheres sejam muito mais desassistidas, vulnerabilizadas, tenham menos acessos a garantia de direitos básicos, a participação social e, conseqüentemente, as colocam em um lugar muito mais suscetível a sofrer violência de gênero, ser desassistida pelas políticas de saúde, educação, moradia, etc. Ela nos diz que o movimento de mulheres foi o primeiro espaço onde ela pôde pensar essas questões de uma maneira mais coletiva, articulada e organizada.

Verificamos se as mesmas possuem algum cargo no movimento, elas informaram que no momento não. Buscamos saber também se elas se sentiam contempladas com as pautas que a rede mantinha na sua agenda de reivindicações, considerando serem mulheres negras e de periferia. Para a informante A, ela se sente contemplada com as ações, propósitos e objetivos que nortearam a criação da rede. Principalmente na luta pela criação de vagas em creches públicas e o avanço de políticas públicas para mulheres e meninas. Acrescenta que a Rede de Mulheres tem um papel muito importante no que tange pensar as políticas públicas para as mulheres negras e periféricas e nesse sentido, ela se sente bastante contemplada porque, as mulheres negras e periféricas tem muitas especificidades e um lugar de muitas vulnerabilidades no que tange a ausência do poder público e de políticas públicas que não conseguem efetivamente prover a garantia, por exemplo, de creches para mulheres que trabalham, que são a maioria e que não tem, muitas vezes, com quem deixar seus filhos e também não conseguem custear as creches particulares.

Para ela, no que tange ao combate a violência, a partir da articulação da rede foi possível reativar a DEAM de Periperi. Além de pensar a formação política dessas mulheres, porque, quando se fala sobre feminismo, é uma discussão que muitas das vezes se restringe a determinados grupos e que, muitas vezes, se restringem também ao ambiente acadêmico, que é um espaço que elas sequer conseguem acessar. Primeiro porque elas não se vêem como alguém capaz de ocupar esses espaços, como também a falta de assistência e acesso às políticas públicas acaba também,

tornando distante de uma realidade possível e concreta, mesmo quando elas se veem como alguém que pode também ocupar esse espaço.

4.1.3 DESAFIOS

Buscamos também investigar quais desafios enfrentados na articulação da Rede e efetividade das ações. As entrevistadas trouxeram diversos elementos, apontando que são diversas as barreiras que as impedem de acessar, além da própria organização do tempo e da rotina, uma vez que precisam trabalhar para dar conta do sustento da casa e dos filhos, principalmente quando se é uma mãe solo.

Dessa forma, a rede tem um papel de aproximar essas mulheres, entendendo suas especificidades e vulnerabilidades e cumprir o papel na construção de projetos e formação política a fim de que elas consigam se perceber como agentes de transformação e mobilização, como também no sentido de empoderamento, de perceber que elas podem ser autônomas, elas podem ser em alguma medida independente, sobretudo de determinadas figuras que dentro da sociedade coloca as mulheres sempre num lugar de subalternidade, e de se posicionar também frente a esses lugares que muitas vezes as fazem acreditar que alguém é o único lugar que é possível delas ocuparem.

Para a informante B, em termos coletivos ela se sente muito contemplada pela atuação da rede, no entanto, mas não na sua especificidade enquanto uma mulher negra com deficiência, que sofre violências e outras ausências do estado oriundas dessa intersecção, de gênero, raça, deficiência e classe, porque, quando falamos dessas intersecções, estamos falando da produção de outras especificidades e violências que são produzidas a partir desse cruzamento. Para ela, mulheres negras com deficiência, sobretudo quando elas são periféricas, muitas das vezes são totalmente cerceadas da sua possibilidade de acesso à educação, saúde, trabalho, afinal de contas, a sociedade as enxergam como pessoas que não tem como contribuir de forma produtiva com o modo de vida de uma sociedade capitalista. Para ela, esses corpos são literalmente descartados, tendo a mesma lógica do descarte, escalonamento e preterimento, colocando-as, ainda hoje, restritas a vida privada sob diversas outras violências que sequer chegam ao conhecimento do poder público,

sequer chega ao conhecimento das notificações realizadas pelas instituições de saúde, agentes de segurança pública. São violências que matam simbolicamente e fisicamente.

Há um estudo que diz que as pessoas com deficiência que são beneficiárias do BPC morrem 22 vezes mais que as pessoas sem deficiência e isso não é por acaso, não acontece por se ter uma deficiência. Acontece por conta dessa desassistência e desamparo do estado e da efetivação de políticas públicas que possam atender a essas especificidades.

Esses elementos apontados na fala da entrevista apontam para um grande desafio enfrentado pela Rede de Mulheres no subúrbio no que tange conseguir pensar em uma articulação mais interseccional de forma a pautar as especificidades das mulheres negras com deficiência periféricas.

A informante C coloca que a rede de mulheres tem como uma das principais pautas questões de gênero e raciais, então ela enquanto mulher negra, periférica se sentia contemplada a esse movimento.

Dentro dessa perspectiva, atualmente tem se discutido amplamente as questões sobre identidade racial, a pesquisa buscou saber como essas entrevistadas se sentem frente a essa questão. As informantes declararam que discutir Identidade racial é uma necessidade fundamental para conseguirem avançar na garantia de direitos para a população negra tanto com campo pessoal, social e político. E é mais que necessário debater sobre questões raciais e de extrema importância o acesso de pessoas negras nas universidades públicas enquanto discentes e docentes.

A pesquisa quis saber o que essas mulheres falam sobre a identidade racial, para a informante A, ela se afirmou enquanto uma mulher negra e esse processo se deu de uma forma bastante conflitante e não linear. Por ocupar um “não-lugar” que é o do “branca demais para ser negra e negra demais para ser branca”, que é um lugar produzido a partir de uma estrutura racista que tenta apagar a identidade negra e construir o mito de uma democracia racial e de uma identidade racial também única. Para ela, se localizar nesse lugar enquanto uma mulher negra foi um processo que foi se dando ao longo do tempo e a partir de muitos questionamentos, pois quando se é uma mulher negra de pele clara, você tem muitas possibilidades, inclusive de acessar certos lugares sem sofrer os impactos do racismo tal como uma mulher negra de pele retinta, então não sofrer os impactos do racismo como a maioria das mulheres, sobretudo as periféricas, a fazia questionar muito sobre o lugar de mulher negra que

ela ocupava, uma vez que o parâmetro era: “se eu não sofro esses impactos, então eu não posso me afirmar enquanto uma mulher negra, então eu devo ser uma mulher branca”.

Para a outra informante, o fato de ser uma mulher negra com deficiência, uma deficiência visível e que chega antes da identidade como mulher e como negra, faz com que haja a produção de outras vivências e violências oriundas dessa intersecção de ser mulher negra e com deficiência, então sofrer outras formas de racismo que fazem parte dessa produção específica não a possibilitou identificar esse lugar, até porque, este é um lugar que não é falado, das violências que uma mulher negra com deficiência sofre e isso durante muito tempo a colocou num lugar de questionar a minha identidade racial, esse lugar enquanto uma mulher negra.

Ela argumentou que com o tempo, foi entendendo que eu não precisava gabaritar todas as violências e impactos do racismo para ser uma mulher negra, até porque essa própria dúvida se era negra ou branca é um efeito do racismo, afinal de contas uma pessoa branca nunca é questionada sobre sua identidade racial e ela sequer se questiona, o máximo que ela pode fazer é tentar se passar por negra para acessar certas políticas ou lugares que elas entendem como privilégio. Mas quando se é uma mulher negra, sobretudo que ocupa esse não lugar, essa confusão surge e então a partir da construção desse entendimento de onde que vem essa confusão, de entender as possibilidades existe a partir do lugar que ocupa, de entender que sofre violências que são produzidas pelo racismo e a partir desse lugar, enquanto mulher negra de pele clara e com deficiência, que os impactos que as mulheres retintas sem deficiência são outros, possibilitou identificar o seu lugar, onde se localiza e quais os impactos que sofre, e como pode atuar diante disso tudo.

Sobre os desafios para conseguirem mobilização das participantes, a pesquisa quis conhecer quais eram os maiores desafios. Verificou-se que eram muitos os desafios da mobilização. Destacamos completar o contato telefônico ou pessoal, a falta de aparelho e de créditos que essas mulheres vivenciam, por estarem sempre ocupadas e preocupadas com trabalho, sustento da família, criação dos filhos. Enfim, foi necessário criar momentos mais adequados para elas como aos fins de semana e também criar ambientes propícios para receber crianças enquanto suas mães participavam das formações.

Uma das entrevistadas destaca que sua experiência com o *Núcleo Sankofa*, um dos desafios para convocar as pessoas era justamente conseguir alinhar as

atividades dentro das diversas realidades. Com destaque, mulheres que têm uma tripla jornada de trabalho, e muitas vezes precisam garantir o próprio sustento, cuidar do filho, da casa, cuidar de familiares e que, muitas vezes, também são chefes de famílias ou mãe solos. Para ela, falamos de realidades concretas e materiais que demanda dessas mulheres muito tempo das suas vidas e que, muitas vezes, acaba as distanciando de espaços formativos, espaços de construção políticas e até mesmo de exercer o seu próprio autocuidado, porque não há tempo. Esse foi um dos maiores desafios que o *Núcleo Sankofa* experienciou, fazer com que essas mulheres, de alguma maneira, conseguissem organizar suas rotinas onde coubesse um tempo para elas, um tempo para sua formação, um tempo para a sua articulação coletiva, que é retirada justamente a partir dessa estrutura patriarcal e racista que minam elas de qualquer possibilidade possível.

4.1.3 IMPACTOS: PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E EMANCIPAÇÃO SOCIAL

Perguntamos também se elas identificavam alguma mudança na sua vida pessoal, profissional, familiar, e/ou na comunidade, após começar a participar da Rede. Todas confirmaram positivamente, falaram que a partir desse engajamento puderam aprender muito sobre política social, a importância de entender e participar do controle social de políticas públicas e seu impacto na vida das pessoas. Foi possível desenvolver mais empoderamento racial e de gênero, ter experiências com mobilização comunitária e engajamento no movimento de mulheres negras. Percebe-se que, a grande mudança na vida dessas mulheres é elas perceberem a importância da formação política para suas vidas pessoal e profissional, ter o entendimento da importância de serem agentes de transformação e mobilização social, de entender o papel do estado, do poder público, dos movimentos sociais, da formação de fóruns e etc, da importância de ser uma pessoa comprometida sócio-política e eticamente.

Para a informante que é psicóloga, ela reforça que é preciso estar aberta a entender as pessoas que chegam até ela, que não são pessoas isoladas do seu contexto social. Mas atravessadas por marcadores de raça, de classe, de gênero, de deficiência, de sexualidade, que atravessam suas histórias e que as colocam num determinado lugar. Esse olhar contribui para uma atuação em rede, que funciona de

uma maneira mais efetiva, e que também contribui para a resolutividade e o acesso a determinados direitos que essas pessoas são historicamente negadas. Além de possibilitar pra ela estar atuando, não de uma maneira individualizada, mas bem articulada com diversos dispositivos, seja com dispositivos do poder público, como também dos dispositivos que fazem parte do controle social, porque a partir desse controle social que conseguem fazer com que as políticas públicas tenham uma maior efetividade.

Ela acrescenta que, do ponto de vista da comunidade, foi possível atuar com o *Núcleo Sankofa*, um núcleo importantíssimo na formação de mulheres, inclusive de mulheres que sofriam algum tipo de violência e que percebiam essas violências de uma maneira muito naturalizada, como se elas tivesse nascido para estar naquele lugar e, a partir da nossa atuação, foi possível atuar na formação política dessas mulheres, para elas entenderem quais eram os direitos delas, desmistificar crenças e estereótipos que a cultura machista, patriarcal e racista que constrói e faz com que elas ocupem determinados espaços e lugares, como se não houvesse uma outra possibilidade. Para ela, é possível perceber algumas diferenças na mudança de vida dessas mulheres, no posicionamento delas frente às situações de violência, delas entenderem onde e como elas poderiam buscar ajuda diante de uma situação de violência. E como também teve um grande impacto no sentido da articulação e fortalecimento da comunidade, afinal de contas, esse fortalecimento é muito importante no sentido da construção de suporte e acolhimento, sobretudo diante de situações de violência.

No que se refere às discussões sobre as mulheres nos espaços de poder, sobretudo nos espaços de decisão no cenário político brasileiro. Buscou-se saber se a rede de mulheres tem se voltado a essas discussões. As informantes declaram que sim, a Rede de Mulheres contribui para aumentar a participação da mulher em espaços de poder, não só na esfera pública como na privada e no ambiente doméstico. Além do fortalecimento, visibilidade e empoderamento de mulheres negras em espaço de decisão como, por exemplo, na política, assim como no controle das políticas públicas voltada para a população feminina da periferia.

Um dos papéis da rede é a formação política e o fomento para a construção de políticas públicas. E a importância de ocupar espaços de poder e deliberação foi sempre um ponto que esteve no radar de atuação da Rede de Mulheres, justamente por compreender que, por mais que a gente consiga se mobilizar enquanto

movimento, enquanto fórum de discussões, por mais que a gente consiga ocupar determinados espaços, assumindo o lugar de controle social, são nos âmbitos de poder, nos espaços políticos a nível municipal, estadual e federal, que nós mulheres conseguimos deliberar sobre as políticas públicas.

Então a rede favorece a construção de projetos onde essa formação política, não apenas no sentido de se entender como agentes de mobilização, transformadores, pessoas que ocupam lugar de controle social no âmbito das políticas públicas, mas também no sentido de fortalecer essas mulheres e formá-las para que esses espaços deliberativos também pudessem ser espaços ocupados por elas. A rede um papel de articulação com essas mulheres, sobretudo negras e periféricas, até mesmo no sentido de apoiá-las para que elas possam conseguir se fortalecer, conseguir ter visibilidade em relação às propostas e projetos que elas propõem, os impactos que isso tem dentro das comunidades e, a partir disso, chegarem a esses lugares, como também a rede vem se organizando e se mobilizando para defender os percentuais que existem legalmente para que mulheres ocupem o espaço na política. Então, vem se movimentando em todos os níveis a fim de tentar garantir que esses espaços de decisão e deliberação possam ser ocupados, sobretudo, por mulheres negras e periféricas.

Em relação a formação política, verificamos como essas mulheres entrevistadas viam essa formação para a emancipação política cidadã das mulheres integrantes da rede. A informante A argumenta que é crucial terem formação política continuada para mulheres, para estarem sempre atentas com muito conhecimento pois é muito difícil desconstruir o patriarcado, o sexismo, o racismo, a homofobia, e que para essa tarefa árdua precisamos estar sempre bem informadas. A informante B declarou que pensa que a rede de mulheres tem como papel fundamental na instrumentalização das mulheres negras desenvolvendo ações como a formação política com diversos temas como, por exemplo, a violência doméstica, a importância da denúncia e do controle social.

Para a informante C, a rede tem uma proximidade muito grande com as mulheres negras periféricas de diversos bairros do subúrbio de Salvador que possuem realidades muito diferentes, de uma localidade majoritariamente ocupada por mulheres negras que sofrem com a ausência do poder público. Não dá para colocar o subúrbio em um bolo só e dizer que é tudo a mesma coisa. É possível observar demandas específicas e características de determinadas localidades.

Acrescenta que a rede, pelo fato dela tá atuando muito no território, próximo a essas mulheres que também são mulheres que por conta das realidades materiais que as atravessam, muitas vezes, elas estão mais distantes dessas formações políticas. Então, a partir dessa formação política que a rede promove, a partir de projetos, oficinas, rodas de conversas e de todos esses conjuntos de atuação mais próxima do território, entendendo todas essas especificidade que atravessam todas essas mulheres, elas conseguem fazer com que essas mulheres saiam de um lugar de aceitar as coisas como se elas sempre tivessem sido assim.

Como se elas não pudessem ser diferentes para um lugar de entender como as estruturas sociais elas se moldam, as atingem e algumas pessoas elas sejam mais cerceadas de direitos em detrimento de outros. A partir desse entendimento essas mulheres conseguem identificar o lugar que elas ocupam e de que maneira elas conseguem se movimentar para atuar junto com o poder público, junto com os movimentos sociais para que essas políticas públicas elas possam ser efetivadas e tenham impactos na vida pessoal, sobretudo daquelas que vem de um longo histórico de violência.

Buscamos conhecer também como ocorria o processo formativo da rede, para formação das mulheres participantes. Sobre isso, o processo formativo acontecia mensalmente em reuniões, sempre de forma dialogada e coletiva honrando os princípios da coletividade. Utilizavam atividades integrativas circulares que permitem a participação ativa de todas as pessoas envolvidas. Organizamos seminários, palestras e formações sempre próximos às comunidades convidadas de outras organizações inclusive da esfera pública gestoras governamentais, vereadoras, candidatas e cargos públicos, etc. Ocorria também a formação com as mulheres do subúrbio, estudantes, fruto de parceria de mulheres que estavam inseridas nas Universidades e mulheres da comunidade que ainda não estavam inseridas.

Sobre o processo de contribuição para fortalecimento da luta das mulheres que a rede promove, a pesquisa também quis saber como isso é operacionalizado. Para essas informantes, o trabalho em rede é sempre um diferencial, no fortalecimento da política, contribuiu e contribui de forma expressiva para fortalecer a lutas em toda esfera nacional. Enquanto grupo de mulheres a rede acredita que contribui na luta dando força para que outros grupos de mulheres possam também desenvolver projetos que contemplem as mulheres. Por ter atuação articulada com os diversos segmentos da sociedade, atua nos níveis locais do subúrbio ferroviário e busca, a

partir da identificação das realidades, das demandas, das vulnerabilidades e das ausências dos poderes públicos, levar todas essas questões que são debatidas nesses espaços para as diferentes esferas: municipal, estadual e federal. A rede sempre busca atuar de uma maneira que isso possa chegar aos gestores públicos. Afinal de contas, é a partir desses lugares de poder, deliberações que as mudanças, em termos de propor políticas públicas, a construção de projetos específicos voltados para determinadas populações. Então, é dessa maneira que a rede se articula e se mobiliza a fim de que haja uma maior efetividade dessas políticas .

Sobre o processo formativo conduzido pela Rede, verificou-se que ele potencializa, estimula e/ou influencia na participação das mulheres na discussão sobre políticas públicas, especificamente nos conselhos. Para essas informantes, a formação sempre foi um dos pontos focais da rede, isto dá às mulheres maior conhecimento sobre o potencial de cada uma e assim, permite uma participação qualificada nos conselhos de direito. Outro destaque foi a busca por controle social das políticas pública para atender as necessidades das mulheres, sobretudo, das mulheres negras da periferia. Nesse sentido, a formação da rede esta voltada a potencializar a participação não só nos conselhos, mas também propondo e acompanhando a implantação das políticas, assim como participando dos conselhos.

Esse processo formativo ocorre quinzenalmente, através de oficinas, de projetos mais específicos, como, por exemplo o projeto “Hoje Menina e Amanhã Mulher”, voltado para adolescentes negras da periferia, com papel muito importante de identificar essas realidades, o que é esse adolescer, do que é esse processo de tornar-se jovem e ser mulher negra periférica, entendendo todas essas especialidades que atravessam essa fase do desenvolvimento e que é uma fase que não acontece da mesma maneira para mulheres brancas e de classe social mais privilegiada, que conseguem ter outros acessos. Além disso, a rede tem um trabalho muito territorializado. Então, a partir das demandas encontradas em determinadas localidades e espaços, a rede vai construindo esses projetos, oficinas e rodas de conversas, entendendo todas as especificidades existentes em cada território a partir também das interseccionalidades que vão se apresentando.

É a partir da formação política que a rede consegue alcançar mulheres que acabam construindo um lugar de agentes, não mais de passividade, elas conseguem se emancipar politicamente, entendendo como as estruturas sociais se colocam, como as afetam, de quais maneiras elas podem e devem estar se mobilizando para

contribuir para a transformação social, para a efetivação de políticas públicas. E, a partir disso, há um estímulo e fomento para que essas mulheres possam ocupar um lugar, espaços de decisão, deliberação e controle social.

A pesquisa verificou se a rede faz parceria com outras instituições e organizações do movimento Social negro, feminista, mulheres, LGBTQI+. As informantes declararam que mesmo com as suas especialidades e importância, cada indivíduo faz parte de um todo ou de coletivos diferenciados, assim, caminhar com outras organizações ou instituições é um diferencial positivo a ser fortalecido. Desta forma, as parcerias aconteciam e são importantes para ampliar os horizontes com movimentos que dialogam com a comunidade LGBTQIA+ e o movimento feminista, a fim de garantir políticas públicas e o direito das mulheres existirem sem que suas vidas não sejam interrompidas.

Então, a partir dessa parceria, dessa articulação com instituições, organizações e outros movimentos sociais, a rede consegue fazer essa interlocução tanto no sentido de entender esses pontos que compõem esses outros marcadores e de que forma isso impacta nas mulheres negras periféricas, como que isso se apresenta, como que isso impacta diretamente na vidas delas. E, a partir disso, é possível estabelecer uma troca de saberes que tanto contribui para outros movimentos sociais, quanto também para a rede que atua com mulheres negras periféricas, como também, a partir dessa articulação, é possível fortalecer os movimentos no sentido de contribuir para a construção e efetivação das políticas públicas para que cada vez mais consigam atender a todas as mulheres nas suas diferentes realidades e especificidades.

Do ponto de vista da mobilização, buscamos saber como isso ocorre para os encontros, eventos e demais atividades. Para elas, mobilizar sempre foi um desafio, mas sempre conseguimos fazer isto muito bem através de mobilizadoras locais, de preferência mulheres lideranças e moradoras das comunidades onde aconteceria a formação ou atividade. Utiliza-se, também, da comunicação através de e-mails, boca a boca, grupos de aplicativos de celular, rádio comunitária.

Na construção de encontros, eventos e atividades da rede, há uma cooptação de recursos, tanto humanos como também em termos de estruturas, os materiais que serão necessários para o desenvolvimento das atividades, a duração, e o modelo pedagógico que vai acontecer a atividade, a que público específico ele vai se destinar, quantas pessoas serão necessárias, horário, alimentação para dispor para as pessoas que vão estar ali. Então, a partir da organização, do delineamento desse projeto, a

rede faz as articulações as vezes com outros movimentos sociais, outras utilizando o próprio espaço interno da rede, que as pessoas que ocupam conseguem dar conta, é articulado a partir da rede.

Quando há demanda de outros agentes, há essa articulação com outros movimentos para que aconteça de forma mais direcionada e efetiva para o público à qual se destina. Às vezes, há também articulação com organizações e instituições sem fins lucrativos, inclusive, para ter um melhor direcionamento da condução do evento/atividades a qual se propõe. Mas isso depende muito, do que é o evento, a quem se destina, quais são os objetivos, metodologias e afins.

Em relação às oficinas e as formações, indagamos como isso era operacionalizado. As entrevistadas destacam que as facilitadoras eram integrantes da rede e outros coletivos que militam na luta em prol dos direitos das mulheres e outras pessoas da comunidade. Eram realizadas com as próprias representantes da rede, com pessoas das universidades e das comunidades. Sempre em regime de cooptação de recursos tanto financeiro como também humanos. Isso envolve um trabalho articulado, em rede, onde nem sempre é possível conseguir mobilizar e fazer essa construção de um modo a atingir determinadas realidades que são bastantes específicas. E isso, claro, está diretamente relacionado com a ausência do estado e a efetividade das políticas públicas.

Perguntamos também sobre o processo de mudança da gestão da rede, como ocorre. As entrevistadas informam que a Rede de Mulheres tinha uma gestão e coordenação compartilhada, apesar de algumas se destacaram mais devido a perfil pessoal, conhecimento, experiências e facilidade com oratória. Mas mesmo não estando na gestão, as integrantes podem contribuir com sugestões, opiniões e críticas. A rede funciona como um colegiado todas participava divididas por setores em prol de uma pauta.

A rede ela atua em parceria com organizações, instituições sem fins lucrativos e também com alguns outros movimentos sociais, E, dentro disso, a realização de algumas formações e oficinas, dependendo do que ela se propõe, a quem ela é direcionada e quais os objetivos se deseja atingir, isso pode ser realizado pela própria rede, pode acontecer também de forma articulada com outros representantes de movimentos sociais, instituições, com a presença de agentes do poder público, como também de outras organizações sem fins lucrativos. Depende muito do que se está objetivando chegar, o que e quem essas formações e oficinas se destinam.

As entrevistadas não souberam informar como ocorre na atualidade a mudança de gestão na rede, por estarem um pouco afastadas do movimento, por conta de demandas pessoais e específicas.

Elas acrescentam que, são gratas por terem participada da Rede de Mulheres de Controle Social de Políticas Públicas com efetividade por um bom período, acreditam que tiveram papel muito importante em dar maior visibilidade ao direito de creches públicas para as mulheres e crianças, assim como, na mobilização de mulheres no subúrbio ferroviário e no fortalecimento da criação e gestão de políticas para mulheres em Salvador e por conhecerem a força que o subúrbio ferroviário tem, e a rede, através de suas lideranças e participantes, do papel de agente de transformação de um movimento de mulheres tão potente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo se movimentou no sentido de conhecer a maneira como a formação da rede de mulheres pelo controle social das políticas públicas impactou na vida social e principalmente na emancipação política e cidadã das mulheres do Subúrbio Ferroviário de Salvador. No sentido de buscar compreender os mecanismos desenvolvidos pela rede de mulheres pelo controle social das políticas públicas para a formação política das mulheres. Bem como, verificar como ocorreu o processo de formação política da rede de mulheres no subúrbio de Salvador. Foi analisado a perspectiva das mulheres sobre o processo formativo da rede e buscado identificar quais foram as contribuições da rede que impactou na vida social, política e econômica na trajetória dessas mulheres.

Percebeu-se, com base nas informações prestadas pelas informantes, que a perspectiva da rede de Mulheres é desenvolver um Projeto Ético-Político em prol da emancipação das mulheres visando emancipação enquanto ser humano, nesse processo, buscou no processo formativo incorporar diferentes enfoques que contribuíssem na defesa de uma vida com reconhecimento enquanto pessoa preta e de periferia, no sentido de fortalecer a emancipação humana dessas mulheres. A pesquisa evidenciou traços das suas identidades, situações de negação, de ocultamento, de invisibilidades como parte da vida dessas mulheres.

Reafirma a necessidade de defesa desse processo emancipação social e política, como sendo uma estratégia para o processo de superação das contradições de classe social, de gênero e raça. Portanto, essa pesquisa revela que o debate encabeçado pela rede, as discursões acerca da emancipação das mulheres no âmbito de uma reivindicação Ético-Político revela que a perspectiva feminista emancipatória buscada pela rede está em processo de desenvolvimento, uma pré-condição para a sua consolidação e conquista em variadas dimensões.

REFERÊNCIAS

- ALVES-MAZZOTTI, Alda Judith & GEWANDSZNAJDER, Fernando. **O Método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa**. São Paulo: Pioneira Thompson Learning Ltda., 1999. Acesso em: 12 jul. 2022.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **Abolição e reforma agrária**. São Paulo: Ática, 1991.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo** / Laurence Bardin; tradução Luís Antero Reto. Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016. 141 p.
- BOF, Alvana Maria. et al. **A educação no meio rural do Brasil**: Revisão da literatura. In: BOF, Alvana Maria (org.). **A educação no Brasil rural**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2006.
- CARVALHO, A. I. de. **Conselhos de Saúde no Brasil**: participação cidadã e controle social. Rio de Janeiro: Fase/Ibam, 1995.
- CARVALHO, G. I. & SANTOS, L. dos. **Das formas de controle social sobre ações e os serviços de saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 1992. v. I. (Cadernos da Nona)
- CORREIA, MVC. **Que Controle Social? Os conselhos de saúde como instrumento** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2000, 162 p. ISBN: 978-85-7541-522-1. Available from: doi: 10.7476/9788575415221. Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/gycmp/epub/correia-9788575415221.epub>.
- SCOREL, Sarah. **Vidas ao Léu: Trajetórias de Exclusão Social**. Rio de Janeiro, ed. Fiocruz, 1999. Disponível em: <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/excsoc.html> Acesso em: 9 jul. 2022.
- JESUS, Ligia Margarida Gomes de. **Ganhadeiras e zungueiras: autonomia e participação em rede em Salvador e Luanda** / Ligia Margarida Gomes de Jesus. – 2014.
- MANNHEIM, k. **Sociologia Sistemática: uma introdução ao estudo de sociologia**. 2. ed. São Paulo: Pioneira,1971.
- MARCONI, M. D. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragem e técnicas de pesquisa, elaboração, análise implementação de dados**. 3. ed. São Paulo: Atlas,1996.
- MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. 23 ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. Acesso em: 8 jul. 2022.
- RÊGO, Leila Gomes de Barros. Artigo: **Por mais mulheres na política!** Correio Braziliense, 8 mar. 2020. Disponível em:

www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/opiniaio/2020/03/08/internas_opiniaio,832829/artigo-por-mais-mulheres-na-politica.shtml. Acesso em: 9 jul. 2022.

RIBEIRO, M. Mulheres negras em movimento: criações individuais e coletivas por vidas com dignidade e direitos. **Práxis Educativa**, [S. l.], v. 17, p. 1–18, 2022. DOI: 10.5212/PraxEduc.v.17.19374.002. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/19374>.

RODRIGUES GUIMARÃES, D.; DE ANDRADE LEITÃO, M. do R. F. Formação política em gênero: O processo de empoderamento da mulher pescadora em Pernambuco entre os anos de 2004 e 2014. **Revista Feminismos**, [S. l.], v. 7, n. 1, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/37225>.

SHERER, E. “**Formação política em Gênero**; o Processo de Empoderamento da Mulher pescadora em Pernambuco” GUIMARÃES, Daniela Rodrigues, LEITÃO, Maria do Rosário Fatima de Andrade, (2004, 2014).

Yin RK. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Tradução de Daniela Bueno. Porto alegre: Penso, 2016.

APÊNDICES

APENDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - DEDC I
LICENCIATURA PLENA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

PESQUISA: Formação política: um Estudo de Caso da Rede de mulheres pelo controle social das políticas públicas. (RMPCSP)

DISCENTE PESQUISADORA: Raimunda Oliveira de Souza

ORIENTADORA: Prof^a. Dr^a Iêda Rodrigues da Silva Balogh

Roteiro de entrevista para informantes da Rede de mulheres

1. IDENTIFICAÇÃO

- 1.1. Nome
- 1.2. Idade
- 1.3. Estado civil
- 1.4. Grau de Escolaridade
- 1.5. Raça/cor
- 1.6. Residência - bairro/município
- 1.7. Profissão/ ocupação

2. SOBRE A REDE DE MULHERES

- 2.1. Você conhece a rede de mulheres do subúrbio ferroviário de Salvador? Se sim, como conheceu? Participa da mesma? Desde quando?
- 2.2. Quais os motivos que te levaram a participar da rede de mulheres? Pode falar sobre?
- 2.3. Você ocupa algum cargo na rede? Se sim, qual?

- 2.4. Sobre a pauta da rede, você se sente contemplada como mulher negra de periferia? Porque?
- 2.5. Atualmente tem se discutido amplamente as questões sobre identidade racial. Como você se vê frente a essa questão? Pode falar sobre?
- 2.6. Você identifica alguma mudança na sua vida pessoal, profissional, familiar, e/ou na comunidade, após começar a participar da Rede? Exemplifique.
- 2.7. Atualmente as discussões sobre as mulheres nos espaços de poder, sobretudo nos espaços de decisão no cenário político brasileiro tem sido frequentes. Em sua opinião, a rede de mulheres tem se voltado a essas discussões? Se sim de que maneira?
- 2.8. Como você vê a importância da formação política da rede para a emancipação política cidadã das mulheres da rede?
- 2.9. De que maneira o processo formativo da rede acontece e quais elementos/atividades são desenvolvidos para a prática da formação das mulheres participantes da rede?
- 2.10. A rede contribuiu e/ou contribui para o fortalecimento da luta das mulheres no âmbito municipal, estadual e nacional? Como você vê essa questão?
- 2.11. O processo formativo conduzido pela Rede potencializa, estimula/ influencia a participação das mulheres em relação ao controle social das políticas públicas, principalmente nos conselhos?
- 2.12. A rede faz parceria com outras instituições e organizações do movimento Social negro, feminista, mulheres, LGBTQI+? Como você vê essa relação?

3. SOBRE A MOBILIZAÇÃO DA REDE

- 3.1. Como a rede atua na mobilização para os encontros eventos atividades?
- 3.2. Em que momento da mobilização a rede encontra maior desafio para convocar suas participantes? Você atua nesse processo?
- 3.3 Poderia falar sobre como eram feitas as formações e oficinas? Era com integrantes da rede ou representantes de outros movimentos sociais feminista e de mulheres?
- 3.4. Como se dá a mudança da gestão da rede? Você já foi contemplada em algum momento?
- 3.5. Você gostaria de acrescentar algo mais?

IMAGENS



Comissão em defesa das Creches

Câmara de Vereadores



*Comissão de Educação
Câmara de Vereadores*

Comissão em defesa das creches



Caminhada em defesa dos creches das mulheres



IMAGENS



Entrevista 1



Entrevista 2



Fórum em defesa das creches

APENDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistada na pesquisa de campo referente à pesquisa intitulada formação política para mulheres: um Estudo de Caso da Rede de Mulheres Pelo Fortalecimento do Controle Social Das Políticas Publica (RMPFCSP)- Bahia, desenvolvida por Raimunda Oliveira de Souza. Fui informada, ainda, de que a pesquisa é orientada pela Prof^a. Dr^a. Iêda Rodrigues da Silva Balogh, a quem poderei consultar a qualquer momento que julgar necessário através do e-mail iedabalogh@uneb.br. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informada dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é compreender os mecanismos desenvolvidos pela Rede de mulheres pelo controle social das políticas públicas para a formação política das mulheres residentes no subúrbio de Salvador. Fui também esclarecida de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos. Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de entrevista semiestruturada [a ser gravada ou não a partir da assinatura desta autorização]. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pela pesquisadora e/ou sua orientadora. Fui ainda informada de que posso me retirar dessa pesquisa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Salvador,/..... 2023

Assinatura do pesquisador: _____

Assinatura da participante: _____

Assinatura da participante: _____

APÊNDICE C - TERMO DE AUTORIZAÇÃO DO USO DE IMAGEM

Eu, _____
____Portador do RG: _____ autorizo a utilização e divulgação de fotos e vídeos, ou qualquer mídia audiovisual produzida durante a minha participação Na pesquisa de campo do projeto de intervenção intitulado formação “Política e Cidadã para Mulheres da Rede” realizado como atividade do 8º semestre do Curso de Ciências Sociais, UNEB-BA Pela discente Raimunda Oliveira de Souza, sob a orientação da Profa. DR^a. Iêda Rodrigues da Silva Balogh. Estou ciente que o uso de fotos, imagens e vídeos produzidos pelos discentes durante o desenvolvimento do referido projeto, não serão utilizados para fins comerciais, e sim para fins da respectiva disciplina.

Salvador, _____, _____ de 2023.

Assinatura do(a) participante

Assinatura do(a) pesquisador(a)